

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



Governo Pimentel começa com consulta da comissão de transição aos sindicatos

A direção do SINDÁGUA foi convidada a participar de reunião com a “Comissão de Transição” do governo Fernando Pimentel, realizada na tarde da última terça-feira, 18 de novembro.

O objetivo da reunião, segundo os membros da comissão, seria ouvir as lideranças sindicais sobre a real situação da Copasa.



Pág 2

Novos conselheiros começam trabalho na Libertas



Já tomaram posse nos conselhos deliberativo e fiscal da Libertas os novos representantes eleitos pelos participantes na Fundação. Assumiram no Conselho Deliberativo Milton Luiz Costa e Welinton Rais da Silva e, no Conselho Fiscal, Andrea Thereza Pádua Faria e Cesário Silva Palhares.



A partir da esq. (de pé): Helter Verçosa Morato - Presidente do Conselho Deliberativo, Fábio Avelar - Diretor Presidente, Rodrigo Antônio de Faria - Titular do Conselho Deliberativo, Edson Paolucci - Diretor Administrativo e Financeiro, Carlos Queiroga - Diretor de Segurança Social e Gustavo Guimarães Garreto - Titular do Conselho Deliberativo. A partir da esq. (sentados): Conselheiros - Milene de Carvalho - Suplente, Welinton Rais - Suplente, Milton Luiz Costa - Titular e Antônio José Soares - Suplente.



A partir da esq. (de pé): Helter Verçosa Morato - Presidente do Conselho Deliberativo, Edson Paolucci - Diretor Administrativo e Financeiro, Fábio Avelar - Diretor Presidente, Cesário Silva Palhares - Suplente do Conselho Fiscal, Carlos Queiroga - Diretor de Segurança Social. A partir da esq. (sentados): Conselheiros - Renilton Barreiros Filho - Titular, Andrea Thereza Pádua Faria - Titular e Rubens Teixeira - Suplente.

Coponor, Águas Minerais e Jeceabá ainda discutem acordos

O SINDÁGUA faz ainda neste ano três negociações para estabelecer os acordos coletivos nas empresas Foz de Jeceaba, Águas Minerais e Coponor.

Pág 4

Ameaça às concessões mobiliza trabalhadores e Copasa

Os trabalhadores tanto de Montes Claros quanto em Pará de Minas continuam a viver um momento de grande tensão por causa de ações políticas dos prefeitos.

Pág 4

Motociclistas conquistam o adicional de periculosidade

O Ministério do Trabalho e Emprego regulamenta o direito ao adicional de periculosidade de 30% do salários para os trabalhadores que exercem atividade profissional como motociclistas.

Pág 3

Editorial

INVERSÃO DE PRIORIDADES EM MINAS... NA COPAS



José Maria dos Santos
Presidente

Em nosso último informativo tratamos deste assunto que se transforma em uma grande esperança para todos os mineiros: a inversão das

prioridades com o novo Governo de Minas, a inversão da lógica tucana para outra de compromissos sociais.

Argumentamos principalmente que foi a lógica tucana que o derrotou em Minas e impediu que alçasse voo mais alto até o Palácio do Planalto principalmente por causa do voto contrário dos mineiros.

O recado dos mineiros nas urnas foi curto e grosso: “mudança!” A opção tucana pelo “Estado mínimo”, sucateando empresas estatais do porte de empresas como a Cemig e a Copasa é o resultado do que eles chamaram de “choque de gestão”, eletrocutando as perspectivas de desenvolvimento do Estado, gestando Minas no mais refinado estilo coronelista.

Para nós, o símbolo desta excrescência governista é a Copanor. Uma invenção para subtrair do Estado e da Copasa a sua responsabilidade social com uma vasta região de pobreza, legando-a a uma subsidiária se estrutura, como um apêndice supurado retirado do corpo de uma empresa condenada pelas ações na bolsa a dar lucros para os acionistas. O maior gesto simbólico que esperamos no governador Fernando Pimentel é exatamente reincorporar todo este povo sofrido dos vales do Mucuri e Jequitinhonha aos princípios da Copasa pela universalização do saneamento, acabando com esta estória de dividir o povo de Minas em primo rico, atendido pela Copasa, e primo pobre, abandonado pela Copanor.

Investimos na mudança de governo e temos a esperança que ele não nos frustre com as necessárias políticas públicas e resgate das responsabilidades constitucionais do Estado com os serviços essenciais para o povo.

Comissão de transição do Governo Pimentel ouve direção do SINDÁGUA



A direção do SINDÁGUA foi convidada a participar de reunião com a “Comissão de Transição” do governo Fernando Pimentel, realizada na tarde da última terça-feira, 18 de novembro.

Os diretores José Maria dos Santos, Rogério Matos, Jeane Kátia, Waltencyr Teófilo e Gilberto dos Santos foram recebidos pelos membros da comissão Marco Antônio Castelo Branco e Paulo Moura no prédio do BDMG. O objetivo da reunião, segundo os membros da comissão, seria ouvir as lideranças sindicais sobre a real situação da Copasa, mesmo procedimento adotado em relação à reunião com outros sindicatos, como o Sindieletró e Sind-UTE, para tratar de questões da Cemig e educação em Minas Gerais.

A direção do SINDÁGUA abordou os principais problemas dentro da Copasa, segundo o entendimento dos trabalhadores. Foram enumerados graves problemas com a criação e administração da Copanor, a PPP do Rio Manso, o sucateamento da Copasa e a expansão da atividade de empresas terceirizadas, além da necessária modificação na estrutura da Arsae, agência reguladora, que não tem representação dos consumidores e dos trabalhadores para que defina diretrizes nas políticas para o saneamento e das tarifas da empresa.

Em relação aos trabalhadores, apontamos os sérios problemas enfrentados pela categoria com a política de porte adotada pela Copasa, quebrando o princípio de isonomia

salarial em todo o Estado, política de arrocho salarial que pode levar a empresa a grande passivo trabalhista. Sugerimos que o governo deve ter sua atenção para a necessidade de reformulação e homologação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Copasa, além da correção da tabela salarial da empresa, que penaliza todos os trabalhadores em sua perspectiva de crescimento profissional, sobretudo nos níveis técnicos, levando a perda de profissionais qualificados para o mercado. O Sindicato criticou o excesso de cargos de diretorias e de assessorias dentro da empresa, cujas nomeações agredem o estatuto do concurso público, se transformando em verdadeiro cabide de empregos com altos salários.

Uma das questões apontadas pelo Sindicato, a reivindicação dos trabalhadores para elegerem seu representante no Conselho de Administração da Copasa, recebeu franco apoio da Comissão, que adiantou que o Governador Pimentel deve garantir este direito em todas as empresas estatais mineiras, repetindo o que já é feito pelo Governo Federal.

Foram discutidas ainda políticas para a Libertas, Copass Saúde e democratização da Associação dos Empregados da Copasa (AECO), que, apesar de ser uma associação dos trabalhadores, é administrada por ingerência da empresa. A “Comissão de Transição” solicitou ao SINDÁGUA que apresente relatório sobre a Copasa.

CATEGORIA COMEÇA JANEIRO COM NOVO PLANO DE SAÚDE

Os trabalhadores participaram recentemente em todo o Estado das assembleias que aprovaram a proposta de fusão dos programas de saúde de alto e baixo risco na Copasa. Foi um processo longo, de muitos anos, que precisou recuperar um plano de saúde de alto risco que vinha sendo destruído pela má gestão imposta desde a passagem de um presidente autoritário na Copasa.

A Copass Saúde estava caminhando perigosamente para sua insolvência e seria inabilitado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Os trabalhadores, que criaram o Copass em negociações do SINDAGUA com a Copasa, foram, mais uma vez, os protagonistas para salvarmos o nosso programa de saúde, com nossos representantes dentro dos conselhos de gestão e fiscal na Copass Saúde, eleitos pelo voto direto da categoria.

Retomado o caminho da gestão responsável, caminhamos para uma das grandes reivindicações

dos trabalhadores da Copasa em todo o Estado, a fusão dos programas de baixo e de alto risco, para que passássemos a ter um plano de saúde completo. O processo demorado da fusão, desde 2013, demonstrou o rigor com que o coletivo dos trabalha-



dores discutia as mudanças. Foram muitas as alterações exigidas pela representação dos trabalhadores. Isto ocasionou muita negociação com as direções da Copasa e da Copass Saúde, pois significavam aumento de custos.

Finalmente chegamos até a proposta que foi aprovada pelos trabalhadores. Passamos a ter um plano de saúde completo,

com a Copasa se responsabilizando por 75% dos custos e os 25% restantes sendo bancado pelos participantes do plano. Garantimos o acesso ao plano para os aposentados e assistidos e negociamos condições melhores nos preços de coparticipação.

O novo plano está agora nestes meses finais do ano passando pelos ajustes necessários ao seu funcionamento, registro na Agência Nacional de Saúde (ANS) e configuração de rede credenciada, além de orientação aos participantes para o uso responsável. O SINDÁGUA discute os regulamentos novos planos e a reforma estatutária com os Conselhos da Copass Saúde, para que tais mudanças sejam submetidas à Assembleia Geral da Copass Saúde em dezembro/2014. O Sindicato encaminhou também a realização de estudos para alongar o financiamento de débitos no plano de baixo risco durante o processo de transição até a fusão dos planos, que terá vida nova a partir de 1º de janeiro.

Quem trabalha como motociclista tem direito ao adicional de periculosidade

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou no Diário Oficial da União do último dia 13 de outubro a portaria 1.565 em que regulamenta o direito ao adicional de periculosidade de 30% dos salários para os trabalhadores que exercem atividade profissional como motociclistas. Esta portaria acrescentou o anexo 5 à Norma Regulamentadora NR-16, que trata das “atividades e operações perigosas”.

O SINDÁGUA já cobrou da Copasa o enquadramento dos companheiros que utilizam motocicletas em seu trabalho, de forma que usufruam do novo direito sancionado pela presidente Dilma Rousseff.



Segundo o departamento jurídico do Sindicato, a COPASA está fazendo um levantamento para definir quais são os empregados enquadrados nas atividades de motoqueiros e pagar o adicional de periculosidade, retroativo desde 14 de outubro. O jurídico sustenta que basta a comprovação do exercício profissional conduzindo uma motocicleta já contempla as condições de lei para receber o direito ao adicional.

O Sindicato alerta a todos os companheiros que trabalham com motocicletas para ficarem atentos ao cumprimento deste direito e entrarem imediatamente em contato com o sindicato caso não estejam recebendo-o.

MONTES CLAROS E PARÁ DE MINAS

Sindicato cobra ações da Copasa contra ameaças às concessões



Morrinhos.

Nas explicações de Claudio Dotti, que responde na Copasa pelo setor de _____, os trabalhadores podem se tranquilizar diante das medidas jurídicas adotadas pela empresa, que contratou escritório jurídico especializado, produzindo uma defesa consistente e que contrapõe o processo administrativo em que o prefeito se amparava para cassar a concessão de serviços, forçando a caducidade do contrato.

Postura responsável dos trabalhadores

O prefeito de Montes Claros usou fortemente os meios locais de imprensa para fazer uma campanha pesada contra a Copasa, queimando a imagem da empresa diante da opinião pública. Isto trouxe, evidentemente, muito transtorno para os trabalhadores desempenharem suas atividades, sobretudo aqueles que têm contato direto com a comunidade nos postos de atendimento, leitura e entrega de contas e outros serviços. Os copasianos passaram a ser admoestados, acusados e

retaliados. Tal situação exigiu de todos os companheiros uma postura consciente, de responsabilidade e de não revide às ofensas.

Agora, ao mesmo tempo em que a empresa defende judicialmente o contrato de concessão, os trabalhadores voltam a ser exigidos para garantir a boa imagem da empresa, não apenas em não responder eventuais ofensas, mas cumprirem com excelência os trabalhos prestados à comunidade destas cidades. A imagem de correção, de responsabilidade e de trabalho devem se sobrepor às iniciativas que, em nome de atacar a Copasa, poderiam prejudicar seriamente a qualidade dos serviços prestados para a saúde da população e também em nosso prejuízo em termos de postos de trabalho. Evidentemente, que tudo seria feito para preservar os empregos, mas seria um grande desequilíbrio para tantas famílias uma eventualidade de transferência de lotação em outras cidades. O grave problema deve ser sanado judicialmente e ainda pelo reconhecimento da qualidade dos serviços que prestamos.

Os trabalhadores tanto de Montes Claros quanto em Pará de Minas continuam a viver um momento de grande tensão por causa de ações políticas dos prefeitos destes municípios com a intenção de tomar a concessão dos serviços de água e esgotos antes mesmo de vencidos os contratos.

A motivação para estas ações são consideradas eminentemente políticas, os prefeitos retaliam a empresa por não atender questões que vão além das que se obriga nos serviços de saneamento. Os procedimentos adotados, sobretudo pelo prefeito de Montes Claros, Rui Muniz, não têm amparo legal, principalmente iniciativas de invadir a sede da Copasa no município, como foi tentado sem sucesso em dependências da empresa em

SINDICATO NEGOCIA NOVOS ACORDOS COLETIVOS

O SINDÁGUA faz ainda neste ano três negociações para estabelecer os acordos coletivos nas empresas Foz de Jeceaba, Águas Minerais e Copanor, estas últimas justamente no momento de transição do novo governo.

Em Jeceaba já aconteceram duas reuniões e os trabalhadores aguardam oficialização de proposta para submeter à assembleia. A empresa garantiu a data base e ofereceu 6,59% de reajuste nos salários (índice acumulado em um ano pelo INPC), além de kit escolar para filhos em idade escolar e presentes de Natal para filhos até 14 anos.

Também na Águas Minerais foi garantida a data-base em 1º de outubro. A empresa igualmente ofereceu o 6,59% de reajuste nos salários e tickets refeição. A proposta formal não foi encaminhada pela empresa para apreciação em assembleia.

Já na Copanor, a primeira reunião de negociações coletivas acontece apenas em 25 de novembro.

Os trabalhadores, sobretudo das Águas Minerais e Copanor, aguardam com ansiedade o desfecho das negociações, pois vêm de duas grandes greves, quando as empresas mantiveram posição inflexível às reivindicações dos trabalhadores.

JECEABA



ÁGUAS MINERAIS



COPANOR

